

-----ATA NÚMERO 24/2016-----

REUNIÃO ORDINÁRIA, E PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, REALIZADA EM TRINTA DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

-----Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, nesta Cidade do Funchal, Edifício do Centro Cívico de Santo António e Sede da respetiva Junta de Freguesia, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, João José Sales Fernandes Correia, José Manuel de Sousa Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Artur Alberto Fernandes Andrade e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Presente, ainda, a Senhora Carolina Isabel Ribeiro Silva, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro o Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira, do PSD.-----

---Além dos acima mencionados, estiveram também presentes o Chefe de Gabinete, Miguel Iglésias, o Assessor da Presidência, Paulo Pereira e os Adjuntos da Vereação João Beja e Mabely

Moreira.-----
---Estiveram também presentes, no início desta reunião e antecedendo o período antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, Rui Santos, a Secretária da mesma, Nádía Correia e o 1º Vogal, Ilídio de Castro.-----
-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, agradecendo ao Executivo da Junta de Freguesia de Santo António a oportunidade da realização da reunião camarária na suas instalações e no âmbito da iniciativa “Presidências Abertas”, com visitas planeadas a todas as juntas de freguesias do Concelho, com contactos quer com as populações quer com as entidades públicas e da sociedade civil, por forma a se inteirar dos problemas, realçando também os bons exemplos da freguesia, pelo que deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo António.-----
-----Usando da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, agradeceu igualmente a disponibilidade da Câmara em reunir naquela Junta, sendo a segunda vez que acontece, atendendo que a primeira fora realizada no mandato anterior.-----
-----Agradeceu também a disponibilidade do Executivo Camarário ao anunciar obras para aquela freguesia, recebidas com agrado pelo Executivo da Junta e pela população em geral, enumerando de seguida algumas das que ainda são necessárias efetuar: Alargamento do Caminho do Jamboto; redimensionamento da rotunda no final da Avenida da Madalena; requalificação do centro

da freguesia, com a construção de uma praça e maior fluidez do tráfego; alteração do projeto existente referente ao alargamento do Beco da Freirinha por forma a abranger um maior número de população; necessidade urgente da reparação do muro e passeio junto à Urbanização do Pico das Romeiras que está em vias de desmoronamento; reparação de passeios e pavimento no Caminho do Pilar (acima da Casa Santo António), solicitada anteriormente mas que ainda não fora executada; perigo de desabamento de um muro no estacionamento da Tecnovia, tendo já sido efetuadas algumas intervenções mas que não foram suficientes para evitar o mesmo; corte de ramos de algumas árvores no Caminho dos Moinhos.-----

-----Continuando, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, abordou ainda os seguintes assuntos: Falta de estacionamento no Centro de Saúde, que não fora executado aquando da sua construção, havendo apenas estacionamento pago; sugestão para que na descida da Avenida da Madalena, na variante para entrada da Cota duzentos, sejam eliminados três lugares de estacionamento, por forma a criar mais uma via de acesso; intervenção efetuada pelos serviços camarários, no Beco das Courelas e cujo tubo colocado é demasiado pequeno não permitindo o escoamento desejável; disciplina do estacionamento no Caminho do Pico do Cardo, por forma a permitir o acesso a viaturas de socorro; ameaça de ruína de uma parede entre o Caminho da Imaculada Conceição e o Caminho do Cemitério,

existindo a possibilidade de cedência de terreno para alargamento da estrada; existência de um derrame para a caixa pertencente à PT no Caminho da Ladeira, requalificação da canalização e asfaltamento do mesmo; requalificação dos passeios no Pico dos Barcelos; inexistência de saneamento básico na Vereda do Laranjal Pequeno; não continuidade ao projeto do passeio “fitness” entre Santo António e São Martinho; cedência do pavimento e derrame de água no início do Caminho da Barreira; necessidade de um ramal de saneamento básico para uma moradia no Caminho da Azinhaga; falta de saneamento básico na Vereda da Quinta das Freiras; colocação de uma grelha de escoamento e canalização para a Ribeira Grande, no Largo do Lombinho; inexistência de dois troços de muro do lado esquerdo assim como a falta de autocarros, no Caminho dos Três Paus à Viana, para a Eira do Serrado; alargamento da Vereda do Camacho.-----

-----Finalizando o Senhor Presidente da Junta, Rui Santos, referiu que a ação do Executivo da Junta tem sido pautada pela auscultação da população, sendo deveras importante a delegação de competências assim como a transferência de verbas por parte da Autarquia, sem as quais não seria possível atuar.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Presidente, começou por referir que algumas das solicitações apresentadas são bem conhecidas há já vários anos, nomeadamente abertura e alargamentos de veredas e becos, bem como a instalação de saneamento básico.-----

-----Continuando, disse que está prevista a organização de mais áreas de reabilitação urbana no concelho e em particular em Santo António, reconhecendo que será impossível proceder a estas intervenções de uma só vez, acrescentando que as pequenas reparações serão efetuadas conforme as possibilidades.-----

-----Relativamente à Avenida da Madalena, zona densamente povoada, com a existência de muitos veículos, e indisciplina nos estacionamento, o Senhor Presidente informou que a Divisão de Trânsito e Mobilidade tem estado a estudar o tráfego na zona, ao que o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, acrescentou existir um projeto praticamente finalizado para regularização do estacionamento e aumento da segurança rodoviária e pedonal.-----

-----Sobre a questão da Vereda da Freirinha, o Senhor Presidente informou que a Câmara irá estudar a possibilidade de estender o seu prolongamento a um maior número de moradias conforme solicitado.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, esclareceu que já fora explicado aos proponentes, que sem prejuízo da obra já estar a ser efetuada, há o interesse em analisar o novo projeto, desde que existam as cedências necessárias que não onerem o projeto atual.-----

----- - Continuando, e em relação aos pedidos efetuados anteriormente pelo Senhor Presidente da Junta, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, prestou os seguintes

esclarecimentos:-----

- - Ligação ao Curral Velho – situação até agora desconhecida da Autarquia mas que será estudada uma solução;-----
- - Questão do Caminho dos Três Paus à Viana, no que se refere ao muro - está sendo estudada a hipótese da colocação de guardas metálicas, sendo necessário a compatibilização de cotas para que o autocarro possa circular;-----
- - Vereda do Camacho – foi solicitada uma alteração, existindo uma questão relacionada com a conciliação de cotas e de uma moradia que terá de ser demolida;-----
- - Caminho da Barreira – a PT procedeu à abertura de uma vala tendo o pavimento cedido devido a uma sobrecarga derivado das obras;-----
- - Reparação de pavimentos - está prevista a pavimentação assim como a regularização dos passeios no Caminho do Pilar que se estenderá até ao cruzamento da Rua da Quinta do Leme e Dr. Barreto;-----
- - Muro instável no estacionamento da Tecnovia - já foi notificada pela Autarquia mas será efetuada nova intimação;-----
- - Passeios na Urbanização do Pico das Romeiras – será objeto de análise por parte dos serviços.-----
- - Usando da palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, saudou o Executivo Camarário pela realização da reunião na Junta de Freguesia de Santo António, onde reside um aglomerado de população, registando as

reivindicações apresentadas pela Junta, dizendo que as acompanhará, esperando que sejam satisfeitas dentro dos limites da Autarquia.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Artur Andrade, referiu que os problemas de Santo António não são novos para a CDU, entendendo que a descentralização era um instrumento fundamental.-----

-----Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Presidente da Junta, disse que algumas delas estão previstas no orçamento para o presente ano, na sua maioria problemas de acessibilidades mas que nalguns casos não será de fácil resolução mas terão de ser solucionadas, dizendo também ter estado previsto a construção de um jardim e requalificação do centro da freguesia num projeto que nunca avançou.-----

-----Referiu também a questão dos Bairros Sociais, alguns muito degradados e com amianto, não bastando só a intenção política, mas também a existência de orçamento para efetuar as intervenções necessárias.-----

-----Continuando, abordou questões relacionadas com áreas de construção de génese ilegal e que só poderão ser legalizadas no âmbito do PDM, bem como um conjunto de pontos identificados e relacionados com áreas de risco, afirmando ser necessário uma atenção permanente.-----

-----Por último, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, referiu: “A estas preocupações acrescem outras questões que não

dependem diretamente da Autarquia nem da Junta que são os problemas sociais, sendo esta uma freguesia com muita pobreza, desemprego e com debilidades acentuadas”.-----

----- - Finalizando este período o Senhor Presidente agradeceu a disponibilidade e colaboração da Junta na resolução dos problemas referidos.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, lembrou que no dia cinco de maio, fora deliberado, por unanimidade, adjudicar à Senhora Sara Sousa Menezes Brazão Machado, da Associação “Patinhas Felizes”, a prestação dos serviços de gestão do Centro de Recolha Oficial do Vasco Gil. Por terem passado cerca de dois meses, disse que gostaria de saber o ponto de situação do contrato.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que o contrato já fora assinado e que, a partir do dia seguinte a gestão do canil passava a ser da sua responsabilidade.-----

-----Continuando, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, referiu que no passado dia dezanove de maio fora apresentada uma proposta do PSD, para a celebração de um protocolo com a AAUMA

no âmbito do projeto Atelier de Férias “Doutorecos”, não tendo até à data sido presente à reunião qualquer documento referente ao assunto.-----

----- - A este propósito, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, explicou que as crianças encontram-se inscritas para as primeiras três semanas de julho, tendo apenas sido indicadas pelas escolas dez propostas, sendo que as restantes foram recrutadas pelos serviços da Câmara. Disse que, as inscrições estarão pagas e que não fora efetuado o protocolo pelo facto de, segundo parecer do Departamento Jurídico, não ser necessário.----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, acrescentou que as inscrições foram assumidas como prestação de um serviço, pelo que se houvesse um benefício direto para a Autarquia teria que ser contratualizado o que não se verificou nesta situação.-----

-----Continuando, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou acerca do protocolo, estabelecido com a Associação de Jornalistas e que só tiverem conhecimento na última sessão da Assembleia Municipal, ao que o Senhor Presidente informou que o mesmo fora realizado entre a Empresa FrenteMar Funchal e a Associação e não com a Autarquia.-----

---- Seguidamente, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou acerca dos protocolos da SocioHabitaFunchal, tendo a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, referiu, a título de exemplo, que aquela Empresa efetuara um protocolo com a IHM

para obras de recuperação na Urbanização do Pico dos Barcelos, acrescentando o Senhor Presidente que estes protocolos estão visíveis no relatório de atividades.-----

-----Por último, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, alertou para o facto de ser recorrente, ultimamente, a existência de adendas à agenda da ordem de trabalhos, tal como acontece na presente reunião. Referiu que, se por um lado, se trata de um procedimento que viola o próprio Regimento das Reuniões de Câmara (ponto 2 do artigo 7º “Ordem do Dia” do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal do Funchal), por outro lado, impede que a Oposição tenha tempo suficiente para se preparar adequadamente e dessa forma não possa assumir uma posição devidamente fundamentada sobre as diferentes matérias, sendo que muitas delas são complexas e de extrema importância para a boa gestão da cidade. Dai considerar que a adenda deve ser utilizada numa situação excepcional.-----

-----Concluindo a sua intervenção referiu: “Em relação aos processos agendados para esta reunião, sob os números duzentos e seis, duzentos e sete, duzentos e oito e duzentos e nove, alusivos aos contratos dos espaços no Complexo Balnear do Lido, uns propostos para revogação da decisão de contratar e um outro para contratar, existem questões legais que nos levantam dúvidas e como tal preferimos não assumir qualquer posição quando estes assuntos forem discutidos de acordo com a adenda à ordem de trabalho”.-----

----- - Sobre esta questão, o Senhor Presidente reconheceu este lapso, referindo que têm sido exceções e não será a regra.-----

----- - Intervindo, de novo, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, voltou a questionar o ponto de situação do processo da obra no Caminho da Portada de Santo António, ao que o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou ter havido uma prorrogação do prazo da licença pelo facto do proprietário ter apresentado uma candidatura ao PRID, estando a Autarquia a aguardar uma resposta do IHM.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou igualmente o ponto de situação acerca do desenvolvimento de uma unidade de execução na zona do Amparo, da elaboração de um Plano de Pormenor para a zona da Estrada Monumental e Caminho Velho da Ajuda assim como de um projeto para a Rua da Rochinha, ao que o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança informou que irá averiguar junto dos serviços.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, disse estar surpreendido com a notícia de que a proposta apresentada pela Câmara à Comissão Técnica de Acompanhamento do Novo Hospital, pretende desclassificar a zona de Santa Rita de equipamentos coletivos e serviços públicos para zona de solo urbano com densidade média. “É surpreendente que tenha feito uma proposta de nova classificação de uma zona onde irá ser construído o novo hospital o que fará também elevar os

custos das expropriações dos terrenos, afirmou.”-----

----- - Sobre este assunto, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse que em tempos, existira um Plano de Urbanização para Santa Rita, tendo o Governo Regional pedido a suspensão do PDM naquela área, ao que o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, esclareceu que o Plano fora suspenso e prorrogado por mais um ano, tendo entretanto caducado.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, questionou se a Câmara fora informada de qual a área de implantação do novo hospital bem como se fora recebida alguma informação, por parte do Governo Regional, no sentido de nova suspensão, com vista às eventuais expropriações que o Governo tenha que fazer para executar a obra.-----

----- - Intervindo, o Senhor Presidente informou que a proposta fora entregue à Comissão de Acompanhamento sendo matéria de reserva, até pelo facto de não terem ainda sido entregues todos os elementos. “Outra questão é a de tentar passar o ónus para a Autarquia. Este Executivo tudo fará para que o novo hospital seja uma realidade. A Câmara não irá de modo nenhum inviabilizar que seja ali construído o hospital, infraestruturas e equipamentos de apoio, sendo que o Governo Regional pode fazer uma reserva da área, mas será sempre necessário um Plano de Urbanização para regular a envolvente”, acrescentou.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referiu que o PDM em vigor menciona o local como zona

de equipamentos, questionando o porquê da alteração para zona de solo urbano de densidade média, tendo o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, explicado que com o anterior Governo esteve prevista a construção do hospital naquela zona mas mais tarde a ideia fora abandonada, voltando a ser estudada outra finalidade para aquela zona.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que a Autarquia não tem responsabilidade sobre o hospital, nem possui qualquer informação sobre a construção do mesmo, pois o projeto de execução ainda não fora apresentado, ao que o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, referiu ser este um problema de relações institucionais entre a Autarquia e o Governo Regional.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, e no âmbito da discussão, na Assembleia Legislativa Regional, do diploma que adapta à Região a Lei número cinquenta e dois/dois mil e quinze, em que o Senhor Secretário da Economia, Turismo e Cultura afirmara ter sido a Câmara Municipal do Funchal a obstaculizar a constituição das autoridades de transportes terrestres, referindo que no preâmbulo deste diploma estará mencionado que as Câmaras foram ouvidas, pelo que questionou em que âmbito, quando e qual o parecer da Autarquia sobre este assunto.-----

----- - Em relação a esta questão, o Senhor Presidente referiu ter havido uma falta de estratégia e uma indefinição na política do

Governo Regional no que se refere aos transportes. “Já foram realizadas várias reuniões entre a Autarquia e o Governo em que se notou a tentativa de imposição das condições que pretendem. No início o Governo não achava necessário a adaptação à Região e só agora foi apresentada uma proposta sendo que a Autarquia pronunciou-se porque foi solicitado pela Assembleia Legislativa à AMRAM um parecer, existindo nesta adaptação questões que no princípio da lei não estão salvaguardadas”, sublinhou.-----

----- - Sobre este assunto, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, referiu: “A Autarquia quer se constituir como autoridade de transportes, mas para tal tem de saber os meios de financiamento. Neste momento pretende-se que a Câmara assine um contrato interadministrativo, mas para tal terá de haver uma adaptação de acordo com o espírito da lei e só depois deveremos discutir quais as competências para a mesma e as que poderão ser delegadas, sendo muito importante a questão do financiamento como já referido anteriormente”.-----

----- - O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, por sua vez, referiu que a referida lei é muito ambígua, inclusive permitindo a cobrança de taxas aos utilizadores, manifestando que é contra a Autarquia se constituir como autoridade terrestre.-----

----- - Ainda sobre este assunto, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, acrescentou: “Esta lei entrou em vigor no ano transato e veio adaptar uma obrigatoriedade de uma diretiva comunitária. A Lei foi objeto de parecer solicitado à Associação

Nacional dos Municípios Portugueses e aos Governos Regionais das Regiões Autónomas sendo que o Governo Regional da Madeira foi omissivo. Esta questão colocou-se no final do ano passado, devido ao término de uma linha concessionada e o Governo, numa reunião com o Senhor Secretário da Economia, Turismo e Cultura, pretendia que a Câmara assumisse esta linha e que fosse assinado um contrato para a assumirmos. Isto ainda quando defendiam não ser necessário adaptação da Lei. Há uma total falta de orientação estratégica. Igualmente há uma espécie de chantagem devido às indemnizações compensatórias, sendo questionável a Horários do Funchal receber três milhões/ano para cobrir toda a cidade, como um todo. Existem linhas que não carecem de compensações indemnizatórias e outras que necessitam de ser reforçadas”.

----- - Por último, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou o ponto de situação do visto prévio do Tribunal de Contas relativo ao pedido de empréstimo de dez milhões de euros para investimentos, ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse que fora feito novo questionário e que as respostas seriam enviadas, o mais tardar, nesse mesmo dia ou na segunda-feira seguinte.

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 - PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Voto de Saudação da CDU, aos 40 Anos da Autonomia**

Regional: - O Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, apresentou o Voto de Saudação, que abaixo se transcreve:-----
---“Celebramos no presente ano (2016) o 40.º Aniversário da instituição do regime autonómico nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, do direito dos povos destas regiões insulares distantes de usufruírem da Autonomia política e administrativa, direito esse que é uma das mais importantes conquistas proporcionadas pela Revolução de 25 de Abril de 1974, e mais tarde reconhecido, garantido e consagrado pela Constituição da República Portuguesa, aprovada e promulgada em 02 de abril de 1976. A luta pela conquista da Autonomia política e administrativa por parte dos povos dos territórios insulares atlânticos portugueses, e, no caso concreto, do Arquipélago da Madeira, não é um processo recente. De facto, esta histórica aspiração das suas populações, cuja concretização permitiu dar importantes passos na superação dos atrasos de séculos, e contribuir para traçar, por si próprias, um rumo para a construção de uma vida melhor, remonta a um longo passado de contestação e de reivindicação, junto do poder central, pelo justo reconhecimento das especificidades deste Arquipélago e pela necessária atribuição de poderes e competências para, de forma responsável, coerente e consequente, e sempre em articulação com as instâncias centrais — porque, apesar de Madeirenses e Portossantenses, os habitantes deste Arquipélago são, antes de mais, e reconhecidamente, Portugueses —, governar estas ilhas através de órgãos de governo próprio,

tendo assim uma palavra a dizer e uma atitude a tomar no que aos aspetos-chave da vida desta região insular, nomeadamente do seu desenvolvimento e progresso, dizem respeito. O desejo, acalentado durante largas décadas por muitos Madeirenses e Portossantenses tornou-se uma realidade materializável com a Revolução de 1974, e finalmente uma certeza e um direito com o processo levado a cabo pela Assembleia Constituinte e seguido por todo o País, processo esse que culminou com a já referida aprovação e promulgação da lei suprema da Nação, em abril de 1976. Ainda que marcado, nos primeiros tempos, por alguma instabilidade, muitas vezes violenta, com episódios sangrentos e que mancharam, de forma vergonhosa, a história da Autonomia e da Democracia na Região, o processo autonómico foi avançando, fortalecendo-se. Ainda que a conquista da Autonomia e o sistema autonómico não tenha correspondido sempre a instrumentos ao serviço do Povo para a efetiva conquista de direitos económicos, sociais, políticos e culturais, a Autonomia constitui uma das grandes materializações dos ideais de abril e a afirmação de uma visão progressista da organização democrática do Estado ao serviço do progresso e do desenvolvimento humano, social e económico. Hoje, passadas que são já quatro décadas desde a sua consagração pela via constitucional, e da realização das primeiras eleições para o órgão máximo do poder autonómico, o Parlamento regional, a Autonomia é já um conceito assimilado em pleno pela população, fazendo parte integrante do seu quotidiano, ainda que muito esteja por fazer e atingir no que toca

ao usufruto desta importante experiência política, económica, social e cultural. No entanto, sendo este um processo dialético, porque cada uma das etapas autonómicas é distinta, é de esperar que as futuras gerações, honrando as aspirações e as lutas dos seus antepassados, saibam contribuir para que este Arquipélago e todos quantos aqui residem possam beneficiar de mais e melhor Autonomia ao serviço do Povo para assim aprofundar a vivência em Democracia e em Liberdade no nosso País. Assim, a Câmara Municipal do Funchal, saúda os 40 anos da consagração da Autonomia política e administrativa para o Arquipélago da Madeira, e compromete-se a reforçar o seu empenho em tudo quanto possa contribuir para o aprofundamento do processo autonómico, nomeadamente no que à construção de uma sociedade mais livre, justa, democrática e desenvolvida na Região Autónoma da Madeira concerne”.-----

---A Senhora Vereadora Vanda de Jesus, disse que os Vereadores do PSD saúdam igualmente os 40 Anos de Autonomia da Região Autónoma da Madeira. Disse que “o processo autonómico é complexo e evolutivo e que deve continuar a ser refletido, aprofundado e defendido por todos nós. Foi graças a este processo autonómico que a Região conseguiu atingir um patamar de desenvolvimento muito superior comparativamente a outras regiões do Continente”, salientou.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “A nossa abstenção prende-se com o facto de não estarmos inteiramente de acordo com a lógica e os fundamentos que caracterizam o voto apresentado pelo Senhor Vereador da CDU. Além de que, este voto ignora o esforço do povo madeirense e em particular dos órgãos de governo próprio no desenvolvimento do processo autonómico e na melhoria das condições de vida dos madeirenses e portossantenses”.-----

2 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO:-----

----- - **Minuta de Protocolo a celebrar entre o Município do Funchal e a Associação Académica da Universidade da Madeira:** - Foi colocada à discussão a deliberação do seguinte teor:-----

---“Considerando que: É intenção do Município do Funchal de criar um portal eletrónico específico dedicado ao turismo, dada a relevância que esta atividade tem na economia local; Este portal eletrónico constituirá uma importante ferramenta de apresentação, de informação e de divulgação da cidade junto dos turistas que nos visitam, bem como de todos os que pretendam obter informações sobre o Funchal, enquanto destino turístico; Dos vários registos de domínios de internet disponíveis na plataforma oficial, o Município considerou que nenhum se adequava de forma clara à mensagem e relevância que o novo portal eletrónico terá; Foi identificado o domínio www.visitfunchal.pt como o mais adequado a todos os públicos-alvo, no entanto este é já propriedade da Associação Académica da Universidade da Madeira, entidade com a qual a

Câmara Municipal do Funchal tem já protocolos de parceria firmados; No âmbito das atribuições de promoção do desenvolvimento consagradas na alínea m) do n.º 2 do artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal do Funchal delibera: 1. Aprovar a minuta do protocolo a outorgar com a **Associação Académica da Universidade da Madeira**".-----

--- - Posta à votação, foi aprovada por unanimidade. A minuta do referido protocolo fica a fazer parte desta ata como (A).-----

3 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA – Isenção de Taxas:-----

----- - **Fábrica da Igreja Paroquial de Santo Amaro**: - Presente pedido formulado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Santo Amaro (proc.º 27046/2016), para a colocação de oitenta (80) mastros (postes de apoio à decoração da via pública), com isenção de taxas, por ocasião da realização da Festa do Santíssimo Sacramento, tendo a Câmara, unanimemente, deliberado deferir nos termos da informação da Divisão de Mobilidade e Trânsito (ref.ª 1081/DMT/2016).-----

4 – SANEAMENTO BÁSICO:-----

----- - **Pagamento de dívidas em prestações**: - Acompanhado da informação da Divisão de Águas e Saneamento Básico - Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (datada de 21.06.2016), foi presente o requerimento de Maria Inês Caires Fernandes Manica (consumidor nº 485863), (proc.º 26372/1e), solicitando o pagamento em quatro (4) prestações da dívida de €

1.139,38 (mil cento e trinta e nove euros e trinta e oito cêntimos) referente ao consumo de água, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

---O Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, não participou na discussão e votação dos processos que se seguem (*Pessoal – Processos Disciplinares*).-----

5 – PESSOAL:-----

-----**5.1 – Processos Disciplinares:** - Perante o processo disciplinar (nº 07/2016), instaurado ao funcionário (nº 9346), Assistente Operacional (Motorista de Pesados), a exercer funções na Divisão de Gestão de Frota, do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos, por falta de zelo, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, e mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de sessenta (60) dias de suspensão efetiva, (30 dias de suspensão, acrescido a outros 30 dias de suspensão, anteriormente decidido e que estava suspenso), nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Em face do processo disciplinar (nº 08/2016), instaurado ao funcionário (nº 7465), Bombeiro de 1.^a classe, a exercer funções nos Bombeiros Municipais do Funchal, da Unidade de Bombeiros, por falta de zelo, obediência e correção, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de repreensão escrita, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Em presença do processo disciplinar (nº 09/2016),

instaurado ao funcionário (nº 8822), Assistente Operacional (Jardineiro), a exercer funções na Divisão de Jardins e Espaços Verdes Urbanos, do Departamento de Ciência e de Recursos Naturais, por falta de zelo, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, CDS/PP, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de repreensão escrita, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

---**Adenda (nº 4 do artigo 11º do Regimento das Reuniões da CMF)**. -----

6 – COMPLEXOS BALNEARES: (Os processos agendados sob os números 206, 207, 208 e 209, foram retirados, ficando adiada a sua discussão e votação para a próxima reunião).-----

7 – ECONOMIA E CULTURA:-----

----- - **Museu Cidade do Açúcar – Entradas Gratuitas:** -

Submetida pelo Senhor Presidente, foi aprovada, por unanimidade a seguinte proposta de deliberação:-----

---“Considerando que: a) O Museu Cidade do Açúcar, doravante Museu, dedica-se ao estudo, conservação, apresentação e divulgação da memória histórica da indústria açucareira insular, entre os séculos XV e XIX, uma das fases mais marcantes da história e cultura da Ilha da Madeira, conhecida como o ciclo do “outro branco”; b) O citado equipamento municipal dá a conhecer aos visitantes as consequências culturais desses ciclos económicos e quer constituir-se como reserva da memória do quotidiano do Funchal, através dos vestígios arqueológicos que as escavações

realizadas nas antigas casas de João Esmeraldo puderam ajudar a redescobrir, e o património artístico e construído que reflete o poderio económico do Ciclo do Açúcar; c) No espaço onde antes se erguia a Casa Manuelina de João Esmeraldo – flamengo que se instalou na Madeira no final do século XV para produzir e negociar Açúcar – inaugurou-se a 15 de junho de 1996, o Núcleo Museológico A Cidade do Açúcar, atual Museu “A Cidade do Açúcar”; d) As escavações arqueológicas de 1989, nesse mesmo espaço, puseram a descoberto um numeroso e importante espólio de testemunhos da vida quotidiana entre o século XVI e XVII, parte da qual se encontra em exposição no museu, destacando-se as formas de açúcar, a faiança portuguesa e ceitis do reinado de D. Afonso V; e) Salientam-se ainda um raro conjunto de medidas manuelinas, contadores e objetos em prata lavrada com o brasão de armas da cidade do Funchal. São também dignas de atenção as peças provenientes do oriente, entre as quais figuram dois exemplares de porcelana chinesa do século XVII, de elevada qualidade técnico-artística; f) Apostando na rotatividade da coleção através de exposições de média ou longa duração, o Museu oferece ao visitante a possibilidade de observar este património e memória histórica do Funchal; g) Pretende a Câmara Municipal promover e realizar ações e atividades que atraiam mais público a este espaço e que o aproximem da comunidade local; h) O Museu irá reabrir ao público no dia 4 de julho de 2016, após um longo período de inatividade, na sequência da intempérie de 20 de fevereiro de 2010;

i) Foi proposto pelo Departamento de Economia e Cultura da Câmara Municipal do Funchal e como forma de comemoração da reabertura, que as entradas no supracitado Museu fossem gratuitas ao longo de todo o mês de julho, assinalando um momento importante na história do Museu, promovendo a cultura de modo acessível e para todos. Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º, conjugado com a alínea b), do n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento Geral das Taxas, Outras Receitas e Licenças Municipais, e como forma de apoio a uma atividade de natureza cultural, não cobrar as entradas para o Museu Cidade do Açúcar durante o mês de julho de 2016”.-----

---Pelas treze horas e dez minutos, foi encerrada a reunião no Centro Cívico de Santo António, tendo continuidade pelas dezassete horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO: - Pelas dezassete horas e trinta minutos, iniciou-se na Sala da Assembleia Municipal, o período de intervenção ao público. Intervieram os munícipes abaixo identificados, inscritos previamente na Divisão de Atendimento e Informação, colocando as suas questões:-----

--- - Ana Maria Barbosa dos Santos Gomes – reclamação sobre anomalias na rampa de acesso ao Edifício “Vale Verde”, sito à Estrada da Boa Nova, freguesia de São Gonçalo (procº 4358/2016)

(Não compareceu);-----
--- - Ernesto Fernandes Pimenta – pedido de alargamento do Caminho da Barreira, entrada número duzentos e trinta e seis, freguesia de Santo António (proc.º 26482/2016);-----
---Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que o pedido será analisado pelos serviços e consoante a disponibilidade este projeto será incluído no próximo orçamento.-----
--- - José António Nunes – pedido de alargamento da Vereda da Freirinha, freguesia de Santo António;-----
---O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, esclareceu que esta ligação será efetuada dependendo do projeto que já está em curso, informando que serão contactados logo que existam alterações no sentido de avançar com a obra.-----
--- - Fátima Maria da Silva Faria - pedido de elaboração de projeto de obras a efetuar no prédio situado à Travessa dos Pereiras, número dezasseis, freguesia de São Martinho (sub-procº 2010000380);-----
---O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou não existirem alterações desde a última reunião, sendo que o prédio não possui capacidade construtiva, sugerindo que aguardasse pela revisão do PDM.-----
--- - José Miguel Rodrigues – reclamação contra obras ilegais no prédio situado à Rua Dr. Sidónio Pais, quinze-A, freguesia de Santa Luzia (procº 19389/2016);-----

---Sobre este assunto o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, disse que o projeto de legalização será entregue, estando a obra a ser seguida pela fiscalização e será objeto de vistoria conforme estipula a lei, tendo o Senhor Presidente acrescentado que as competências da Autarquia cingem-se à parte urbanística confirmando que o projeto terá de estar de acordo com os parâmetros urbanísticos previstos na lei.-----

---O Senhor Vereador Domingos Rodrigues informou ainda que o local onde o munícipe reside é considerada zona de risco, ficando por baixo de um talude sendo necessário garantir que não existe um aumento da insegurança.-----

--- - Alípio Costa Gomes – reclamação contra a execução de obras clandestinas no prédio situado ao Caminho do Ribeiro Choco (junto ao número 24), freguesia de Santo António (procº 1425/2016);-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, referiu que após dois relatórios da fiscalização não fora apurada qualquer ilegalidade, existindo algumas dúvidas sobre certas questões que poderão não ser da responsabilidade da Autarquia.-----

---Relativamente à questão do derrame de águas no Beco da Garagem, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse que brevemente, o ribeiro será canalizado, sendo executada a ligação das águas pluviais do beco para a canalização do referido ribeiro.-----

-

--- - Fernando Renato de Andrade - reclamação contra obras ilegais (colocação de chapas) no prédio situado ao Caminho da Portada de Santo António, número cinquenta e um, freguesia do Monte (sub-proc° 2013000348);-----

---O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que o proprietário solicitara a prorrogação da licença de obras em virtude de ter apresentado uma candidatura ao PRID para terminá-las, e que a Autarquia solicitou ao IHM a viabilidade e os prazos para este pedido aguardando a resposta.-----

--- - Virgílio Gregório de Andrade – pedido de limpeza no Largo do Pelourinho (proc° 24023/2016);-----

---Usando da palavra, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, esclareceu que, embora não sendo da responsabilidade da Câmara, a mesma entrara em contacto com o Governo Regional, mais concretamente com a Direção Regional do Equipamento Social e Conservação e com o IASAÚDE, que procederam à limpeza do terreno.-----

--- - José Nelson Andrade – exposição sobre obras ilegais (colocação de chapas) no prédio situado ao Caminho da Portada de Santo António, número cinquenta e um, freguesia do Monte (sub-proc° 2013000348);-----

---Relativamente a esta questão, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou, à semelhança do explicado anteriormente, que o proprietário solicitara a prorrogação da licença de obras em virtude de ter apresentado uma candidatura

ao PRID para as concluir, e que face a este pedido a Autarquia solicitou ao IHM a viabilidade e os prazos, estando a aguardar resposta.-----

--- - Carlos Manuel de Freitas Fernandes – assunto relacionado com o incumprimento do projeto das obras a realizar no prédio sito ao Caminho da Achada, número cento e trinta e dois, freguesia de São Roque (procº 18436/2016);-----

---Sobre este assunto, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que após notificação enviada pelos serviços, a proprietária alegou impossibilidade financeira para proceder à demolição, referindo também que sem os anexos a moradia ficará sem condições de habitabilidade, pelo que está a ser feita uma vistoria ao local de forma a comprovar a utilização dos mesmos, e após a emissão do relatório será feita uma última notificação.-----

--- - Maria José Souto de Freitas da Silva – reclamação contra o funcionamento de uma oficina de pintura auto, ao Caminho do Engenho Velho, freguesia de São Martinho (procº 19004/2014);----

---Intervindo, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou já ter efetuado visita ao local inteirando-se que fora apresentado um projeto que está a ser objeto de análise pelos serviços competentes.-----

---Na sequência da deslocação ao local do Senhor Vereador Domingos Rodrigues, a munícipe referiu que deveria ter sido notificada da sua visita, uma vez que se tinha ausentado e aquando do seu regresso a casa fora confrontada pelo marido,

tendo sido vítima de agressão física por parte deste.-----

--- - Jorge Arlindo Gonçalves – aditamento à exposição (E-6321/2016), sobre a falta de passagem pedonal na Rua Prof. Virgílio Pereira, freguesia do Monte (sub-procº 2011000048);-----

---O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, disse que os serviços estão a analisar o aditamento efetuado pelo proponente.-----

---Após se inteirar dos assuntos acima descritos e prestado esclarecimentos, a Câmara encaminhou para os diversos serviços as situações que necessitavam informação.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e trinta e cinco minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 219/2016, publicada nos locais de estilo.